



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

PREGÃO ELETRÔNICO

04/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

UASG: 926677

Data de Abertura: 24/03/2026 às 10:00h	
No sítio: www.gov.br/compras/pt-br	
Código da Licitação: 90004/2026	Data do Edital: 09/03/2026

OBJETO

Contratação de serviço de locação de veículos, sem motorista e sem fornecimento de combustível em caráter não eventual, com quilometragem livre, por um período de 30 (trinta) meses.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 6.014.745,00 (seis milhões, quatorze mil, setecentos e quarenta e cinco reais)**

GR	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 30 MESES	VALOR COM INDÍCIO DE INEQUILIBRIDADE
1	1	Locação de veículo sedan, 105 cv	unid	34	R\$ 5.699,75	R\$ 5.813.745,00	R\$ 3.007.372,50
	2	Locação de veículo sedan, 150 cv	unid	1	R\$ 6.700,00	R\$ 201.000,00	
VALOR GLOBAL						R\$ 6.014.745,00	

***AS LICITANTES QUE APRESENTAREM PROPOSTAS E/OU LANCES COM INDÍCIOS DE INEQUILIBRIDADE DEVERÃO APRESENTAR, CONJUNTAMENTE COM A PROPOSTA ATUALIZADA, NOTAS FISCAIS, CONTRATOS, NOTAS DE EMPENHOS DENTRE OUTROS MEIOS LEGAIS E APTOS A DEMONSTRAREM A VIABILIDADE DA EXECUÇÃO PELOS VALORES OFERTADOS, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO (VIDE ITEM 5.19.4.1 DESTE EDITAL)".**

1

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MCICV202600021A

SIGA



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

A despesa desta licitação onerará os recursos financeiros classificados sob o número **01.031.3001.4002.3.3.90.39.14.01.100.**

O edital será disponibilizado, sem ônus, no portal eletrônico www.campinas.sp.leg.br e poderá ser acessado no www.gov.br/compras/pt-br, **a partir das 8h do dia 09/03/2026.**

FUNDAMENTO LEGAL:	CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	REGIME DE EXECUÇÃO:	MODO DE DISPUTA:
Lei Federal 14.133/2021	Menor preço global	Empreitada por preço global	Aberto
LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COTAS PARA ME/EPP/COOP	VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Não	Não há	Termo de Contrato	

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	10
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	11
6. DA FASE DE JULGAMENTO	16
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS)	20
8. DOS RECURSOS	27
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	28
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	32
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	33
ANEXOS	37

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV202600021A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590****EDITAL****CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026**

(Processo Administrativo CMC-ADM-2025/00433)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Campinas, por meio do Diretor de Materiais e Patrimônio, sediada na Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço de locação de veículos, sem motorista e sem fornecimento de combustível em caráter não eventual, com quilometragem livre, por um período de 30 (trinta) meses.

1.2. A licitação será formada por um grupo único, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até **3º (terceiro) dia útil** anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação

3

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMCICV202600021A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590**

2.5.5.1. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

2.5.5.2. A vedação de que trata o subitem 2.5.5 estende-se às empresas subcontratadas, quando e caso a subcontratação for possível nos termos deste edital.

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV/202600021A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12. Pessoa física ou jurídica enquadrada como devedor contumaz, nos termos do art. 13, inciso I, alínea “b”, da Lei Complementar nº 225, de 2026.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

3.2. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. A ausência de qualquer documento implicará a inabilitação do licitante.

3.4. A existência de cadastro em sistemas unificados de fornecedores, tais como SICAF ou congênere, não afasta o dever do licitante de anexar na plataforma os documentos relativos à habilitação exigidos neste edital.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV/202600021A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

3.6.1. Não poderão participar da licitação a cooperativa de mão de obra para fornecimento de trabalhadores para execução de serviços ou empresas que utilizem trabalhadores fornecidos por este tipo de cooperativa, atuando em estado de subordinação, conforme o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n.º 438/2003, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e o Município de Campinas, em 24/09/2003.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.8. São vedadas propostas para um mesmo item/lotte formuladas por estabelecimentos distintos de uma mesma licitante (disputa entre matriz e filial ou entre filiais, por exemplo). O descumprimento implicará a desclassificação de ambas proponentes.

3.9. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

3.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM, e**

4.1.1. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e seus anexos;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Havendo divergência entre especificações constantes deste edital ou de seus anexos em relação às especificações contidas no sistema, prevalecerão às constantes deste edital e seus anexos.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV/202600021A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 100,00 (cem reais)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado o **modo de disputa “aberto”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições propostas no item 5.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecerem novos lances sucessivos;

5.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

5.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

5.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

5.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.12.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

5.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

13

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV/202600021A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas nas condições do subitem anterior, após concedida a preferência prevista no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, sendo aplicado, para tanto, o Decreto Federal 11.430/2022 até o advento de regulamentação local superveniente;

5.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. Empresas brasileiras;

5.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#);

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

5.19.4. **o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo I-A – Modelo de Proposta Comercial, Declaração do Anexo II, ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, devendo ser preferencialmente compactados e enviados em um único arquivo, no formato compactado ZipFile, com a extensão: “.zip, respeitando a forma e o prazo previsto neste edital.**

5.19.4.1. Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta — isto é, quando o valor final ofertado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração — o licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta atualizada, documentos comprobatórios de exequibilidade (custos de insumos, produtividade, condições operacionais, etc.) ou custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, sob pena de desclassificação, conforme previsto no item 6.6.4 deste Edital e no art. 59, III, da Lei 14.133/2021.

15

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV202600021A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

5.19.4.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão estar com prazo vigente na data da convocação do Pregoeiro no sistema, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade;

5.19.4.3. Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

5.20. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, suspender a sessão para analisá-los minuciosamente ou para realizar diligências com vistas ao saneamento de erros ou falhas, mediante decisão fundamentada, registrada via chat e acessível aos licitantes.

5.22. O Pregoeiro poderá requisitar o assessoramento da área técnica competente para, com base em parecer técnico devidamente motivado e conclusivo, proceder ao julgamento das propostas quanto ao atendimento das especificações técnicas, dos parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, bem como das demais exigências previstas no edital.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Relação de apenados de impedimento de contrato/licitação mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);
- e) Cadastro de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa, mantida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro **examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital** e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

6.6. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

6.6.1. Conter vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação após tentativa de negociação do pregoeiro;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

6.6.6. Deixar de apresentar documentação indicada neste Edital ou constante do Termo de Referência.

6.7. Quando verificado o indício referido no caput, o licitante deverá apresentar, em conjunto com sua proposta atualizada, os documentos complementares arrolados no item 5.19.4.1.

6.7.1. A proposta será desclassificada por inexequibilidade quando, na análise dos documentos apresentados, for constatado que:

6.7.1.1. Os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta; e

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

6.7.1.3. A compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado, conforme estudos e pesquisas realizadas pela Administração;

6.7.1.4. A viabilidade financeira do licitante, especialmente quando o valor proposto for consideravelmente inferior ao estimado ou ao valor médio de mercado, será através do envio de Nota Fiscais, contratos celebrados com a Administração Pública que justifiquem o preço ofertado dentre outros documentos legais.

6.7.2. O pregoeiro poderá realizar diligência para solicitar informações complementares às previamente apresentadas sobre a exequibilidade da proposta.

6.8. No caso de proposta inexecutável e de sua não comprovação, a Administração não realizará qualquer ajuste de preços ou condições para permitir a execução do objeto, sendo mantida a desclassificação da proposta inexecutável.

6.9. Poderão ser efetuadas diligências, mesmo após finalizado o prazo para apresentação de proposta adequada ao último lance, em prazo razoável e isonômico a ser fixado pelo pregoeiro, prorrogável uma única vez, por igual período:

6.9.1. Para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, caso haja indícios de inexecutabilidade;

6.9.2. Para correção de erros formais, que não alterem a substância da proposta e sobre a necessidade de esclarecimentos complementares.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS)

19

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV/202600021A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conjuntamente com a proposta atualizada, no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do pregoeiro, conforme disposto no item 5.19.4 do presente Edital.

7.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, que serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e deverão estar em nome da pessoa jurídica licitante, são os seguintes:

7.2.1. Habilitação Jurídica:

7.2.1.1. No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Tratando-se de **microempreendedor individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.2.1.3. No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.4. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.2.1.5. No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país**, Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.1.6. No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.2.1.7. As **Cooperativas de Consumo** deverão encaminhar além de seu ato constitutivo, a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) referente ao último exercício social exigível, assinado por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis devidamente habilitado, constando nome completo e registro profissional, nos termos do art. 34 da Lei Federal 11.488/07, a fim de comprovar sua equiparação às MEs e EPPs.

7.2.1.8. Os documentos arrolados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

7.2.1.9. Comprovação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, por meio de:

7.2.1.9.1. Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerça atividade empresarial;

7.2.1.9.2. Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área, que não a empresarial;

7.2.1.9.3. Comprovação de inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional.

7.2.1.9.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

7.2.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da Sede do Licitante, que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente, ou através de sistema eletrônico (ficando sua aceitação, nesse caso, sujeita à verificação de veracidade via internet), que demonstre a regularidade, ao menos, do ISS – Imposto sobre Serviços;

7.2.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo do Serviço (**FGTS**);

7.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

7.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

7.2.3.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.2.3.1.1. Se o licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada no subitem 7.2.3.1 deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

7.2.4. Habilitação Técnica:

7.2.4.1. No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características quantidades e prazos com o objeto desta licitação, demonstrando:

7.2.4.1.1. Locação simultânea de 15 (quinze) veículos;

7.2.4.1.2. Período não inferior a 12 (doze) meses.

7.2.4.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.2.4.3. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

7.2.4.4. Será aceito o somatório de atestados e, no somatório de atestados para comprovar prazo de experiência, os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

7.2.4.5. No(s) atestado(s) deverá constar: dados de identificação da instituição emitente (carimbo e/ou papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, e-mail); local e data de emissão; nome, cargo, assinatura e identificação do responsável; descrição dos serviços executados/fornecimentos prestados e comprovação de capacidade de fornecimento compatível com a quantidade apresentada no Termo de Referência e dados do contrato (período de fornecimento/prestação de serviço, data de início e fim do contrato, se for o caso).



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.2.5. Outras comprovações:

7.2.5.1. Declaração conforme disposto no Anexo II – Modelo de Declarações, atestando que:

7.2.5.1.1. E que não possui, em seus quadros, administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.

7.3. Regras Gerais

7.3.1. O descumprimento do prazo de habilitação disposto nos itens 5.19.4 e 7.1 ensejará a inabilitação do licitante.

7.3.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação anexados no Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por meio de cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro;

7.3.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.3.6. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.3.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.3.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.3.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.3.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.3.10. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.3.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.3.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

7.3.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.3.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.3.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.3.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.3.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.1.

7.3.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior;

7.3.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.3.18. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590****8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. **A intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de 10 minutos**, que será aberto automaticamente no sistema, imediatamente após a aceitação da proposta, bem como após a habilitação, sob pena de preclusão.

8.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de comunicação no sistema.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da comunicação via sistema ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590**

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na forma do Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campinas nº 15/2022.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

29

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV/202600021A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.4.3. Nos casos em que o valor estimado da contratação, para fins de base de cálculo das multas, será o somatório dos valores de todos os grupos/itens que compõe a contratação, salvo se o licitante oferecer proposta apenas em relação a parte dos grupos/itens, situação em que será considerado o somatório dos valores dos itens/grupos para os quais o licitante optou por participar.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que,

31

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV/202600021A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados **exclusivamente por forma eletrônica**, pelos seguintes e-mails: licitacoes@campinas.sp.leg.br ou compras.camara.campinas@gmail.com

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não** suspendem os prazos previstos no certame.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590**

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. O pregão poderá ser retomado após a homologação da licitação, para aplicação dos procedimentos previstos nos parágrafos 2º e 8º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exceto aos indicados na minuta de contrato, quando for o caso, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em atenção ao disposto na Lei Municipal 15.593/2018, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.290, de 17 de abril de 2019, a Contratada recrutará, preferencialmente, mão de obra oriunda do Programa de Atenção à População em Situação de Rua, “Parceiros da Cidade – Mão Amiga”, devendo, neste caso, entrar em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – SMASDH, pelos seguintes canais de comunicação: Telefone: (19) 2515-7292; Celular: (19) 99394-0974; Av. Anchieta, 343, 5º andar, Campinas/ SP.

11.11. Em atendimento ao disposto no Comunicado GP 03/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, arrola-se abaixo as regulamentações à Lei nº 14.133/2021 editados no âmbito da Câmara Municipal de Campinas, que poderão ser acessados no seguinte link: <https://sapl.campinas.sp.leg.br/norma/pesquisar>:

11.10.1. Ato da Mesa Diretora nº 05/2023 (Regulamenta os §§3º e 5º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do legislativo municipal);

11.10.2. Ato da Mesa Diretora nº 01/2024 (Regulamenta o §1º do art. 23 da Lei 14.133/2021, para dispor sobre os procedimentos relativos à pesquisa de preços e a definição do preço máximo para as contratações por licitação, dispensa ou inexigibilidade);

11.10.3. Ato da Mesa Diretora nº 02/2024 (Regulamenta o §2º do art. 23 da lei nº 14.133/2021, para dispor sobre os procedimentos relativos à pesquisa de

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

preços e a definição do preço máximo nos processos licitatórios para contratação de obras e serviços de engenharia);

11.10.4. Ato da Mesa Diretora nº 05/2024 (Dispõe sobre o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, em conformidade com o §1º do art. 20 da Lei nº 14.133/2021);

11.10.5. Ato da Mesa Diretora nº 06/2023 (Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual, no âmbito da Câmara Municipal de Campinas);

11.10.6. Ato da Mesa Diretora nº 12/2025 (Dispõe sobre os procedimentos para convocação de licitante remanescente e a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de não assinatura contratual ou de rescisão do contrato vigente, conforme artigo 90 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

11.12. Fica assegurado a esta Câmara, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e endereço eletrônico: <https://www.campinas.sp.leg.br/transparencia/compras-e-licitacoes/compras-e-licitacoes-2025/pregoes-eletronicos>

11.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo I - A: Modelo de Proposta Comercial;

35

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV202600021A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

- Anexo I – B: Índice de Medição de Resultados - IMR;
- Anexo II – Modelo de Declarações;
- Anexo III - Termo de Ciência e Notificação;
- Anexo IV - Modelo de Minuta do Contrato.

Campinas, 06 de março de 2026.

Julio Cesar Favinha

Diretor de Materiais e Patrimônio

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br

36



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>





Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de serviço de locação de veículos, sem motorista e sem fornecimento de combustível em caráter não eventual, com quilometragem livre, por um período de 30 (trinta) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas nesse instrumento.

Grupo	ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CATSER	UNIDADE DE MEDI-DA	QTD.
1	1	Locação de veículo Sedan, com 105 cv	4014	Unidade	34
1	2	Locação de veículo Sedan, com 150 cv	4014	Unidade	01

- 1.1. O(s) serviço(s) objeto dessa contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados do(a) início da vigência do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. Informações complementares quanto à vigência da contratação constam da minuta de contrato.
- 1.4. Os veículos deverão ficar à disposição da CONTRATANTE 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do mês, com quilometragem livre.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



SIGA



SIGA



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

3.1. Sustentabilidade

3.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.1.1. Os veículos locados deverão apresentar classificação "A", "B", ou "C" em eficiência energética, conforme Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PEVB/Inmetro).

3.1.1.2. A CONTRATADA deverá assegurar que todas as manutenções preventivas e corretivas sejam realizadas em oficinas licenciadas e ambientalmente regulares, observando:

3.1.1.2.1. descarte adequado de óleo lubrificante, filtros e baterias;

3.1.1.2.2. uso de produtos biodegradáveis e não poluentes na lavagem dos veículos.

3.1.1.2.3. Proibição de descarte de resíduos automotivos em locais não autorizados.

3.1.1.3. A comprovação do destino ambientalmente correto dos resíduos poderá ser exigida a qualquer tempo pela fiscalização do contrato.

3.2. Subcontratação

3.2.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

3.2.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em disponibilizar os veículos definitivos, conforme especificações deste Termo de Referência.

3.2.1.2. A subcontratação fica limitada a:

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A

SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

- 3.2.1.2.1. aos veículos reservas, utilizados para substituir os veículos definitivos;
- 3.2.1.2.2. aos veículos provisórios, no caso de indisponibilidade dos veículos definitivos na data de início da execução do contrato, conforme item 4.1.1.2.1
- 3.2.1.2.3. prestação de serviço 24 (vinte e quatro) horas que poderá ser feito por empresa especializada ou seguradora subcontratada, com plantão para atendimento de socorro do veículo locado e ocupantes, incluindo o serviço de guincho, no prazo de 1 (uma) hora, contado do envio da solicitação pela CONTRATANTE.
- 3.2.1.2.4. A CONTRATADA deverá apresentar previamente à CONTRATANTE a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, para juntada aos autos do processo correspondente, nos termos do art. 122, §1º da Lei nº 14.133/2021.

3.2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

3.3. Garantia da contratação

- 3.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições de execução

4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 4.1.1.1. Início da execução do objeto: 2 (dois) dias úteis da emissão da ordem de serviço;
- 4.1.1.2. Os veículos especificados no item 4.1.3 (Características Gerais dos Veículos) deverão ser entregues pela CONTRATADA na sede da Câmara Municipal de Campinas, ou em local por ela

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>

SIGA



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

indicado, no prazo de 90 (noventa) dias contados da emissão de Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

4.1.1.2.1. Enquanto a CONTRATADA não entregar os veículos previstos nos itens 4.1.3 e subitens, deverá disponibilizar à CONTRATANTE veículos reservas (não precisando os veículos reservas serem todos da mesma marca/modelo) com as mesmas especificações, com exceção das especificações constantes dos itens 4.1.3.2.1; 4.1.3.2.3; 4.1.3.2.4; 4.1.3.2.14 e 4.1.3.2.15; no prazo de 2 dias úteis contados da emissão da ordem de serviço específica pela CONTRATANTE.

4.1.1.3. Os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene.

4.1.1.4. Os veículos deverão ser entregues com o reservatório de combustível abastecido com etanol em sua capacidade máxima.

4.1.1.5. A CONTRATADA deverá arcar com os custos decorrentes do transporte para entrega dos veículos até o local indicado, conforme item 4.1.1.2.

4.1.1.6. Os veículos serão disponibilizados com numeração final de placa diferenciada, conforme indicado pela CONTRANTE, com vistas a minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na Cidade de São Paulo.

4.1.1.7. Os veículos locados serão objeto de vistoria por parte da fiscalização do contrato, anotando-se na "Ficha de Vistoria" todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.

4.1.1.8. Ao fim do contrato, ou nas substituições, a devolução dos veículos locados à CONTRATADA ocorrerá na sede da CONTRATANTE, ou em local por esta indicado.

4.1.2. Da Renovação da Frota.

4.1.2.1. Os veículos entregues na forma do item 4.1.3 e subitens devem ser substituídos por veículos novos, "zero quilômetro", de ano/modelo correspondente ao exercício da prorrogação contratual, com as mesmas especificações constantes do item

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A

SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

4.1.3 e subitens, mantido os valores unitários e as demais condições contratuais.

4.1.2.2. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de início da vigência da prorrogação contratual, se houver.

4.1.2.3. O descumprimento do prazo de renovação sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Anexo I -B e poderá ensejar a rescisão contratual.

4.1.3. Das Características Gerais dos Veículos.

4.1.3.1. 35 (trinta e cinco) veículos sendo:

4.1.3.1.1. 34 (trinta e quatro) veículos tipo sedan, todos da mesma marca e modelo, motor com potência mínima de 105 (cento e cinco) cv

4.1.3.1.2. 1(um) veículo tipo sedan, motor com potência mínima de 150 (cento e cinquenta) cv

4.1.3.2. Demais características comuns a todos os veículos:

4.1.3.2.1. Cor: Preta;

4.1.3.2.2. Combustível: Flex;

4.1.3.2.3. Ano do modelo: correspondente ao exercício da assinatura do contrato, de eventual renovação contratual ou do novo modelo entregue em substituição, em conformidade com o estabelecido no presente Termo de Referência;

4.1.3.2.4. Quilometragem: zero quilômetro;

4.1.3.2.5. Capacidade: 5 (cinco) ocupantes;

4.1.3.2.6. Portas: 4 (quatro) portas;

4.1.3.2.7. Direção assistida;

4.1.3.2.8. Ar condicionado;

4.1.3.2.9. Travas elétricas;

4.1.3.2.10. Vidros elétricos nas quatro portas;

4.1.3.2.11. Sistema Multimídia com conectividade com celulares android e apple via Bluetooth e USB;

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

- 4.1.3.2.12. Sensor de estacionamento dianteiro e traseiro (não precisa ser item de série. Poderá ser instalado antes da entrega do veículo ao contratante);
- 4.1.3.2.13. Câmbio automático;
- 4.1.3.2.14. Vidros com película escura com transparência em conformidade com a legislação (Resolução CONTRAN 960/2022, ou norma posterior que a altere ou revogue), com as seguintes características:
 - 4.1.3.2.14.1. a) Para-brisa: 75% de transmissão luminosa;
 - 4.1.3.2.14.2. b) Vidros laterais dianteiros (motorista e passageiro): 70% de transmissão luminosa;
 - 4.1.3.2.14.3. c) Demais vidros: 50% de transmissão luminosa;
- 4.1.3.2.15. Nota "A", "B" ou "C" em eficiência energética, de acordo com a classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) considerando sua categoria;
- 4.1.3.3. Todas as características elencadas para cada veículo são especificações mínimas, podendo a CONTRATADA oferecer a esta Câmara veículo com característica superior, desde que mantido o valor do contrato e devidamente aceito pelo órgão gestor;
- 4.1.4. Da Manutenção
 - 4.1.4.1. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela realização das adequadas manutenções preventivas e corretivas dos veículos locados, observando todas as recomendações do fabricante.
 - 4.1.4.2. A CONTRATADA é responsável por todos os custos decorrentes dessas manutenções.
 - 4.1.4.3. A CONTRATADA deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento de socorro do veículo locado e ocupantes, incluindo o serviço de guincho, no prazo máximo de 1 (uma) hora, contado a partir do envio da solicitação pela CONTRATANTE.
 - 4.1.4.3.1. A CONTRATADA deverá providenciar transporte dos ocupantes do veículo até o seu destino final, sem custos adicionais à CONTRATANTE;

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A

SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

- 4.1.4.3.2. A assistência prevista neste item poderá ser realizada por empresa subcontratada previamente autorizada, permanecendo a CONTRATADA, em qualquer caso, como a única e exclusiva responsável perante a CONTRATANTE.
- 4.1.4.4. A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos, necessários ao cumprimento do objeto sob o contrato.
- 4.1.4.5. A CONTRATADA deverá fornecer a limpeza dos veículos para permitir no mínimo 2 (duas) lavagens completas (limpeza interna e externa) por mês para cada veículo.
- 4.1.4.6. É vedado o retorno à CONTRATANTE do veículo enviado para manutenção corretiva ou preventiva sem que todos os problemas ou revisões tenham sido solucionados.
- 4.1.5. Da Manutenção Preventiva
- 4.1.5.1. A responsabilidade pela Manutenção Preventiva dos veículos objeto da contratação será da CONTRATADA, devendo ser realizada na periodicidade e nas frequências recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do Manual do Proprietário de cada veículo.
- 4.1.5.2. As manutenções preventivas deverão ser previamente agendadas e executadas pela CONTRATADA, observando as recomendações do fabricante e a quilometragem informada pela CONTRATANTE.
- 4.1.5.3. Na data agendada para a realização da manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo reserva, garantindo que não haja interrupção na disponibilidade da frota.
- 4.1.5.4. A logística de entrega e retirada dos veículos destinados à manutenção preventiva será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE, devendo o veículo substituído ser devolvido somente após a conclusão total dos serviços e verificação de conformidade pela fiscalização do contrato.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

4.1.6. Da manutenção Corretiva

- 4.1.6.1. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessária para substituição de um componente do veículo por desgaste, quebra e avarias de qualquer natureza.
- 4.1.6.2. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela manutenção corretiva dos veículos.

4.1.7. Da Substituição dos Veículos

- 4.1.7.1. Sempre que qualquer veículo locado ficar indisponível em razão de manutenção corretiva, avaria, acidente, sinistro, pane ou qualquer outro motivo não programado, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo reserva, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da comunicação da CONTRATANTE.
- 4.1.7.2. No caso de manutenção preventiva, a disponibilização do veículo reserva observará as condições e prazos estabelecidos no item 4.1.5.3.
- 4.1.7.3. O veículo reserva deverá ser entregue na sede da CONTRATANTE, por representante da CONTRATADA, mediante o preenchimento de check list completo, com identificação de todos os itens da especificação do veículo, sendo uma via entregue à fiscalização do contrato.
- 4.1.7.4. A CONTRATADA deverá substituir definitivamente qualquer veículo que necessite de quatro (4) manutenções corretivas pela mesma falha no período compreendido entre duas manutenções preventivas sucessivas, ou que apresente reincidência de falhas que comprometam sua confiabilidade.
- 4.1.7.5. Todos os veículos reservas deverão ser entregues abastecidos em sua capacidade máxima, retirados e devolvidos pela CONTRATADA, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.

4.1.8. Demais Obrigações da Contratada

- 4.1.8.1. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, licenciamento, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>

SIGA



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

- Brasileiro, devidamente comprovadas como decorrentes de dolo ou culpa exclusiva do CONTRATANTE;
- 4.1.8.2. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos contra roubo, incêndio, colisão, perda total do veículo, abrangendo danos materiais decorrentes de acidentes e avarias, assumindo integral e absoluta responsabilidade pelos veículos contratados.
- 4.1.8.2.1. Nos casos de sinistro em veículo locado em que houver comprovação de culpa por parte do motorista da Câmara Municipal de Campinas, a responsabilidade de arcar com os custos do conserto será da CONTRATANTE, limitados ao valor mensal unitário da locação do veículo envolvido, mediante processo de reembolso.
- 4.1.8.2.2. O processo de reembolso mencionado no item 4.1.8.2.1 deverá ser encaminhado pela CONTRATADA à Câmara Municipal de Campinas, contendo no mínimo:
- 4.1.8.2.2.1. 3 (três) orçamentos dos serviços necessários ao pleno funcionamento do veículo.
- 4.1.8.2.2.2. Comprovação formal da culpa do condutor da CONTRATANTE mediante relatório técnico ou relatório da seguradora;
- 4.1.8.3. Os veículos da frota deverão contar com seguro contra terceiros, de responsabilidade da CONTRATADA, com vigência por toda a execução contratual e suas prorrogações, nos seguintes valores mínimos:
- I. R\$ 100.000,00 – Danos pessoais a terceiros;
- II. R\$ 100.000,00 – Danos pessoais a ocupantes do veículo; e
- III. R\$ 100.000,00 – Danos materiais a bens de terceiros.
- 4.1.8.3.1. A CONTRATADA deverá encaminhar as apólices de seguros dos veículos da frota em até 30 dias corridos, contados a partir da entrega dos veículos.
- 4.1.8.4. Autorizar o CONTRATANTE a colocar nos veículos seus adesivos com logotipos e equipamentos que auxiliem a gestão.
- 4.1.8.5. A CONTRATADA deve encaminhar todas as notificações de autuações por infrações à legislação de trânsito dos veículos

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>

SIGA



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

locados ao setor competente da CONTRATANTE com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de vencimento, para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro;

- 4.1.8.5.1. A CONTRATADA deverá arcar com a multa relativa à não indicação do condutor caso não apresente a notificação da autuação à CONTRATANTE dentro do prazo previsto no item 4.1.8.5 acima.
- 4.1.8.5.2. Havendo ou não a indicação de condutor pela CONTRATANTE, a CONTRATADA pagará as multas por infrações de trânsito aplicadas aos veículos locados e pedirá reembolso à CONTRATANTE.
- 4.1.8.5.3. As multas mencionadas no item 4.1.8.5.1 acima deverão ser pagas antes da data de vencimento, com 20 (vinte) % de desconto.
- 4.1.8.5.4. Os comprovantes dos pagamentos e respectivas notificações de penalidade de multa deverão ser apresentados à CONTRATANTE até o dia 10 (dez) de cada mês, devendo o valor da multa ser reembolsado até o dia 5 (cinco) do mês seguinte, caso a CONTRATANTE identifique e obtenha o reembolso do condutor do veículo.
- 4.1.8.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade pela fiscalização e acompanhamento do CONTRATANTE;
- 4.1.8.7. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 4.1.8.8. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;
- 4.1.8.9. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, trabalhistas, sociais e previdenciários atinentes à execução do contrato;
- 4.1.8.10. Implementar, de forma adequada, o planejamento, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A

SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

nas atividades da CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta.

- 4.1.8.11. A CONTRATADA deverá designar preposto com poderes de decisão para representá-la em qualquer pendência relativa à eficiência e agilidade da execução dos serviços.
- 4.1.8.12. Em caso de afastamento definitivo ou temporário do preposto, a CONTRATADA deverá indicar, por escrito, um substituto em no máximo um dia útil.
- 4.1.8.13. Os veículos deverão conter todos os itens exigidos pela Legislação de Trânsito;
- 4.1.8.14. Manter as características originais dos veículos, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa.
- 4.1.8.15. Os veículos deverão estar registrados em nome da CONTRATADA, de modo a viabilizar a concessão da isenção de pedágio pela ARTESP, conforme Portaria nº 56/2025.

4.1.9. Até o 5º (quinto) dia útil de cada mês a CONTRATADA deverá fornecer, em meio eletrônico, os seguintes relatórios, individualizados por veículo, indicando:

- 4.1.9.1. a) Relatório de manutenção preventiva, indicando as intervenções realizadas em cada veículo, mostrando a quilometragem e a data da realização.
- 4.1.9.2. b) Relatório de ocorrências no mês, indicando veículos parados por problemas de manutenção.

4.2. Especificações da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei 14.133, de 2021)

4.2.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A

SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 5.1. O modelo de gestão do contrato consta do Anexo III: Modelo de Minuta do Contrato.
- 5.2. Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATANTE
 - 5.2.1. Garantir que os veículos locados pernoitarão no pátio da Câmara Municipal de Campinas ou em local fechado.
 - 5.2.2. Garantir que a utilização dos veículos locados será adstrita às atividades do CONTRATANTE;
 - 5.2.3. Efetuar o reembolso das despesas de multas provenientes de infração às leis de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), conforme previsto no item 4.1.8.5.4 acima.
 - 5.2.4. Arcar com as despesas de combustível, com exceção do disposto nos itens 4.1.1.4 e 4.1.7.5
 - 5.2.5. Arcar com as despesas relativas a pedágios e estacionamento;
 - 5.2.6. Arcar com os custos de compra e colocação de adesivos com o logotipo do CONTRATANTE;
 - 5.2.7. Assegurar que os motoristas condutores dos veículos locados portem Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade e categoria adequada;
 - 5.2.8. No caso de infrações de trânsito, efetuar a identificação do motorista infrator e o envio dos documentos necessários aos órgãos competentes.
 - 5.2.9. Efetuar a restituição dos veículos, ao final do contrato, totalmente abastecidos com etanol;

6. PREPOSTO

- 6.1. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-la na execução do contrato.
 - 6.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.1.1.1. Não produziu os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixou de utilizar os materiais e/ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou fez uso dos mesmos em qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.3.1. A medição será mensal, apontando os dias, os horários iniciais e os horários finais em que os veículos ficaram à disposição da CONTRATANTE. Os veículos reservas devem ser incluídos na medição mensal, com a indicação de quais veículos foram substituídos.

7.1.3.2. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, implantar controles complementares para a prestação de serviços.

7.2. Do recebimento dos serviços

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>

SIGA



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

7.2.1. Ao fim de cada período, a fiscalização do contrato (CONTRATANTE) deverá elaborar e enviar relatório à CONTRATADA por e-mail, acompanhado do resultado apurado no IMR, quando houver, verificando o cumprimento das exigências de caráter técnico e indicando o recebimento provisório do serviço prestado.

7.2.1.1. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.2.2. A CONTRATADA apenas poderá emitir nota fiscal após o recebimento do e-mail que determine o recebimento do serviço prestado.

7.2.2.1. As notas fiscais deverão ser enviadas para o e-mail nfe@campinas.sp.leg.br.

7.2.3. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo fiscal do contrato mediante aceite da nota fiscal.

7.3. Do pagamento

7.3.1. Após o recebimento provisório disposto no item **7.2.2** e subitens, a CONTRATANTE receberá a respectiva Nota Fiscal de cobrança, encaminhada pela CONTRATADA ao e-mail nfe@campinas.sp.leg.br, e deverá aceitá-la e atestá-la, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis de seu recebimento, ou rejeitá-la e solicitar correções/substituições.

7.3.2. A CONTRATADA deverá enviar, junto com a nota fiscal, a seguinte documentação válida e atualizada:

- a) a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A

SIGA



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

- b) a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal competente;
- c) o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT): devidamente atualizadas, para conferência de sua regularidade.

7.3.2.1. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

7.3.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual executará o contrato.

7.3.2.3. É vedada a mescla de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.

7.3.3. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição e, a partir da reapresentação da Nota Fiscal correta, se reiniciará a contagem do prazo estabelecido no item 7.3.1.

7.3.4. A Câmara Municipal de Campinas providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias após o ateste da Nota Fiscal.

7.3.5. A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, a título de indenização, glosa ou penalidade aplicada

7.3.6. Estão incluídos no valor total os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para prestação do serviço.

7.3.7. Pelo atraso injustificado do pagamento, por parte da CONTRATANTE, incidirá sobre o valor em atraso, a partir do dia posterior à data do vencimento e pro-

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

rata tempore, correção monetária pelo IPCA (IBGE), bem como juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL do grupo.
- 8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como a qualificação econômico-financeira e a qualificação-técnica serão regulamentadas no instrumento convocatório.

9. LISTA DE ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

- 9.1. Integram este Termo de Referência os seguintes documentos:
 - Anexo I-A: Modelo de Proposta Comercial;
 - Anexo I-B: Índice de Medição de Resultados;

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1. A apresentação da proposta importa submissão total, irrestrita e irrevogável dos proponentes às condições desse Termo de Referência.
- 10.2. Será permitido o reajuste do valor do contrato após 12 (doze) meses, contados a partir da data do Orçamento Estimado.
- 10.3. Aplica-se o disposto na Lei 14.133/2021 aos casos omissos.
- 10.4. A estimativa do valor da contratação encontra-se prevista no edital.
- 10.5. A adequação orçamentária da contratação consta nos Estudos Técnicos Preliminares.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



SIGA



SIGA



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

ANEXO I-A
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO CMC-ADM-2023/00.....

OBJETO: Serviço de locação de veículos, sem motorista e sem fornecimento de combustível em caráter não eventual, com quilometragem livre, por um período de 30 (trinta) meses.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

CNPJ: 49.425.994/0001-87

DADOS DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

I.E.:

ENDEREÇO:

Nº:

COMPLEMENTO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

ESTADO:

CEP:

ENQUADRAMENTO: ☐ ME ☐ EPP ☐ LTDA ☐ S/A ☐ MEI

E-MAIL:

TELEFONE:

COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

Grupo	Item	Descrição	Qtd	Unid. Med.	Preço Unitário	Preço Mensal (Qtd x Preço)	Preço Anual (Preço Mensal x 12)
01	01	Locação de veículos Sedan, com 105 cv , transmissão automática, conforme Termo de referência.	34	Unidade			
01	02	Locação de veículos Sedan, com 150 cv , transmissão automática, conforme Termo de referência.	01	Unidade			
Valor total anual				R\$			
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (30 meses)				R\$			
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS							

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:		
CONDIÇÕES DE FATURAMENTO:		
VALOR MÍNIMO PARA FATURAMENTO:		
PRAZO PARA ENTREGA:		
DADOS BANCÁRIOS		
BANCO:	AG:	C/C:
DADOS SÓCIO RESPONSÁVEL:		CPF:
<p>1. Declaro para todos os fins de Direito, que recebi e li integralmente o conteúdo do Termo de Referência, relativo ao objeto descrito no cabeçalho deste formulário. Portanto, estou ciente de que o (s) orçamento (s) enviado (s) por esta empresa está estritamente adequado a todas as exigências e condições de contratação de prestação de serviço e/ou fornecimento ali clausuladas, especialmente no que diz respeito a quantidades, unidades, especificações técnicas, forma de apresentação, metodologias e regras de execução, documentações e demais obrigações exigidas. Além disso, estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas e seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do serviço.</p> <p>2. Declaro, ainda, que se houver alguma incorreção no referido documento (Termo de Referência), seja de ordem técnica ou de restrição no mercado específico de comercialização dos materiais e/ou serviços a serem contratados, que inviabilize ou prejudique o correto fornecimento ou a prestação dos serviços, comunicarei imediatamente através de e-mail de contato, para que a Administração possa tomar as devidas providências de saneamento ou justificar a adoção da questionada medida.</p> <p>3. Declaro que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no art. 68, VI, da Lei 14.133/2021.</p> <p>4. Me comprometo a cumprir as obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, sob pena de extinção do contrato, conforme o disposto no art. 137, IX, da Lei 14.133/2021.</p> <p>5. Observações: É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica para qualquer operação destinada a Órgãos Públicos, independentemente do ramo de atividade exercida. (Art. 7º, III da Decisão Normativa CAT-17, de 24-11-2009).</p> <p>6. É necessária a emissão Nota Fiscal de Serviços, de acordo com a Lei Municipal nº 12.392/2005 e lista anexa.</p>		

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A

SIGA



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

Constitui condição para a contratação com o Poder Público a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

RESPONSÁVEL PELO ENVIO DA PROPOSTA

NOME
CPF:
CARGO/FUNÇÃO
E-MAIL
TELEFONE

Local/Data

Assinatura

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

ANEXO I-B

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

1 A avaliação da execução dos serviços deverá ser realizada com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no IMR, nas demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital da licitação, de forma a garantir o cumprimento de todas as disposições contratadas e satisfazer às necessidades de transporte dos servidores com a qualidade e tempestividade adequada, sem prejuízo de outros instrumentos de avaliação porventura estabelecidos pelas partes.

2 Fórmula de cálculo

Desconto do evento = (Percentual do Grau x nº de ocorrências) x valor unitário mensal do veículo afetado.

2.1 Ocorrência: cada descumprimento contratual por veículo e por dia (ou por chamado formalizado pela CONTRATANTE).

2.2 Base de Prova: ordens de serviço, check lists de vistoria, comunicações oficiais (e-mail ou sistema) e relatórios da fiscalização.

3 Teto de Glosa

A glosa total mensal por veículo fica limitada a 30% do valor mensal da locação do respectivo veículo. Ultrapassado esse limite, a Administração avaliará a aplicação das sanções legais cabíveis.

As ocorrências distintas no mesmo mês são cumuláveis, respeitado o teto acima.

Quando houver mais de uma falha relativa ao mesmo item e veículo, aplica-se o grau de maior gravidade.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>

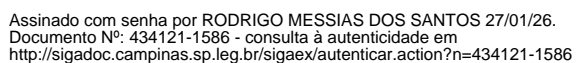


V. 3/2025

4 Descrição das condutas e Graus de gravidade:

Item	Descrição	Grau
a	Entregar veículo definitivo fora do estabelecido no item 4.1.3 e subitens	2
b	Entregar veículo definitivo além do prazo estabelecido no item 4.1.1.2	2
c	Não entregar os veículos abastecidos em sua capacidade máxima	3
d	Não renovar a frota no prazo estabelecido no item 4.1.2.2	2
e	Não prestar atendimento de socorro do veículo e ocupantes	7
f	Atraso na prestação do socorro 24h: <div> <div>>1h <2h</div> <div>>2h <4h</div> <div>>4h <8h</div> </div>	Grau 6 3 7
g	Não efetuar a manutenção preventiva/corretiva após comunicação da CONTRATANTE.	4
h	Devolver o veículo à CONTRATANTE sem a correção de todos os problemas informados	1
i	Indisponibilidade superior a 24h, sem entrega do veículo reserva.	7
j	Não entrega do carro reserva na data da preventiva	7
k	Entregar veículos reservas fora do estabelecido no item 4.1.1.2.1	1
l	Não entregar relatórios nos prazos estabelecidos	1
m	Não efetuar/comprovar o seguro da frota conforme itens 4.1.8.3 e 4.1.8.3.1	5
n	Não substituir definitivamente qualquer veículo que necessite de 4 (quatro) manutenções corretivas no período entre uma manutenção preventiva e outra	7
o	Ausência ou irregularidade de checklist de vistoria (entrega/retirada/reserva)	1
p	Não cumprimento da higienização/lavagem mínima	1

Avenida da Saúde, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>





Diretoria de Infraestrutura e Serviços
Coordenadoria de Transporte
transporte@campinas.sp.leg.br
Ramal: +55 19 3736 1614

V. 3/2025

q	Não apresentar os relatórios mensais exigidos.	1
r	Não atender às solicitações da fiscalização	1
s	Veículos não registrados em nome da contratada	7

Grau	Descrição
1	1 % por dia do valor unitário mensal da locação por veículo
2	2 % por dia do valor unitário mensal da locação por veículo
3	20 % do valor unitário mensal da locação por veículo
4	3 % por dia do valor unitário mensal da locação por veículo
5	5 % por dia do valor unitário mensal da locação por veículo
6	10 % por dia do valor unitário mensal da locação por veículo
7	30 % do valor unitário mensal da locação por veículo

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por RODRIGO MESSIAS DOS SANTOS 27/01/26.
Documento Nº: 434121-1586 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=434121-1586>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMCTRF202600009A

SIGA



CMCICV202600021A

SIGA

**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÕES

Processo CMC-ADM-2025/00433

Pregão Eletrônico nº __/2026

EU _____ (nome completo), representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do PREGÃO ELETRÔNICO _____ realizado pela Câmara Municipal de Campinas, DECLARO sob as penas da lei:

- a) Para o caso de empresas em recuperação judicial: estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar comprovação documental de que o LICITANTE está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- c) Que não possuímos em nossos quadros administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.

Campinas, _____ de _____ 2026

Assinatura do representante

DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta CEP: 13.041-670 – Campinas – São Paulo
(19) 3736-1590



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMCICV202600021A



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

ANEXO III
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MCICV202600021A



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme
“Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

- e. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:-

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>





DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*). Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



C/MC/ICV/202600021A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

CONTRATO Nº ____/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL EM CARÁTER NÃO EVENTUAL, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, POR UM PERÍODO DE 30 (TRINTA) MESES, FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS E _____:

O Município de Campinas, representado pela Câmara Municipal de Campinas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.425.994/0001-87, com sede na Avenida da Saudade, 1004 – Bairro Ponte Preta, Campinas, Estado de São Paulo, representada pelo seu Presidente Vereador Luiz Carlos Rossini, domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede na _____, telefone: _____, e-mail: _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada pelo _____, inscrito no CPF: _____ e portador do RG nº _____, ajustam o presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, resultante do Pregão Eletrônico nº ____/2026, instruído no Protocolo CMC-ADM-2025/00433, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariarem as disposições deste CONTRATO, que reger-se-á pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviço de locação de veículos, sem motorista e sem fornecimento de combustível em caráter não eventual, com quilometragem livre, por um período de 30 (trinta) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



SIGA 



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – Os valores dos itens a serem fornecidos pela CONTRATADA são os indicados abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total (30 meses)
1	Locação de veículo Sedan, com 105 cv, transmissão automática, conforme Termo de Referência.	Unidade	34	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____
2	Locação de veículo Sedan, com 150 cv, transmissão automática, conforme Termo de Referência.	Unidade	1	R\$ _____	R\$ _____	R\$ _____

2.2 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente de nº 01.031.3001.4004.3.3.90.39.14.01.100.

2.3 - No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo orçamento, ficando a Câmara obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimada e, havendo necessidade, a emitir Nota de Empenho complementar, respeitadas as mesmas classificações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1 - O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data estipulada na Ordem de Serviços para início da execução dos trabalhos, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1 – Pela execução dos serviços objeto deste contrato, a Contratante pagará à Contratada o valor total estimado de **R\$ 6.014.745,00 (seis milhões, quatorze mil, setecentos e quarenta e cinco reais)**.

4.1.1 – Após 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, os valores poderão ser reajustados, mediante requerimento da Contratada, com base na variação do IPCA (Índice de

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMCICV202600021A

SIGA



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

Preços ao Consumidor Amplo).

4.1.1.1 – Os valores unitários apresentados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado (data base).

4.1.1.2 – Passados 2 (dois) meses da data de aniversário do marco temporal (data do orçamento estimado), o reajuste se operará a partir da data da solicitação da Contratada em diante, não retroagindo.

4.2 - Ao longo da execução contratual, a Contratada poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro se constatar fato imprevisível ou de difícil previsibilidade que alterou o equilíbrio originalmente avençado no presente contrato.

4.2.1 – A Contratada deverá instruir eventual pedido de reequilíbrio com provas objetivas dos fatos ou situações supervenientes e imprevisíveis ou de difícil previsibilidade que alteraram o equilíbrio econômico-financeiro em relação às condições originais do contrato, sob pena de ter seu pedido indeferido.

4.2.2 - A Contratante deverá responder ao pleito em até 1 (um) mês.

4.3 – Os valores constantes da cláusula 4.1 compreendem todos os custos e despesas necessárias à execução do contrato, compreendendo – mas não se limitando a – a disponibilização dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, seguros, impostos, taxas, mão de obra empregada, transporte, uniformes, EPI's, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos e quaisquer outros custos e despesas necessários à perfeita execução do objeto contratado.

4.4 - A quantidade prevista é meramente uma estimativa, sendo que será pago somente o quantitativo efetivamente locado e disponibilizado.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1 – Os serviços serão executados por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

5.2 – Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada aos veículos reservas e prestação de serviço 24 horas (guincho/socorro), sendo vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto (veículos definitivos), nos termos do Termo de Referência.

5.2.1 – A CONTRATADA deverá apresentar previamente à CONTRATANTE a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, para juntada aos autos do processo correspondente, nos termos do art. 122, §1º da Lei nº 14.133/2021.

5.3 – Os serviços serão prestados na sede da Câmara Municipal de Campinas, situada na Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta, Campinas/SP, CEP: 13.041-670, ou em local por ela indicado.

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMC1CV202600021A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

5.4 – Após a emissão da Ordem de Serviço, a Contratada terá o prazo de 90 (noventa) dias para a entrega dos veículos definitivos, devendo disponibilizar veículos provisórios/reservas em até 2 (dois) dias úteis caso os definitivos não estejam disponíveis, conforme detalhado no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Além das obrigações previstas no Anexo I – Termo de Referência, a Contratada deverá:

6.1.1 - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista;

6.1.2 – Qualquer alteração nos atos constitutivos da empresa ou revogação/alteração de poderes de mandatários deverá ser comunicada à Contratante em até 05 dias úteis, sob pena de aplicação de penalidades.

6.1.3 – Emitir carta de preposição indicando o profissional que representará a Contratada ou documento que ratifique o próprio representante legal da empresa na representação e acompanhamento próximo da execução do objeto do contrato.

6.1.3.1 - A indicação do preposto ou ratificação do representante legal da empresa para acompanhar a execução do contrato visa à comunicação entre a Contratada e o representante da Contratante, durante a execução dos serviços. Esse preposto terá como missão garantir o bom andamento dos serviços, tomar providências pertinentes às não conformidades detectadas e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender.

6.1.3.2 – A carta de preposição deverá ser assinada por quem concede e por quem recebe os poderes de representação da empresa, demonstrando que o preposto está anuindo à responsabilidade.

6.1.3.3 – O documento de ratificação da representação deverá ser assinado pelo representante da empresa.

6.1.3.4 – Na carta de preposição ou documento de ratificação de representação deve constar o e-mail e telefone de contato do representante da empresa.

6.1.4 – Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

6.1.5 – Manter ativo o e-mail indicado na proposta, o qual será considerado o meio de comunicação oficial entre a Contratante e a Contratada, inclusive para o recebimento de notificações e intimações referentes aos processos instaurados para a apuração de

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>





Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

descumprimentos contratuais e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Além das Obrigações previstas nos demais anexos do Anexo I – Termo de Referência, a Contratante deverá:

7.1.1 - Comunicar à Contratada, imediatamente, quaisquer falhas ocorridas na execução do contrato;

7.1.2 - Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

7.1.3 - Impugnar os trabalhos que não forem feitos a contento, ficando a CONTRATADA obrigada a refazê-los, sem ônus para a CONTRATANTE;

7.1.4 - Aplicar à Contratada, quando cabíveis, as penalidades regulamentares, contratuais e legais;

7.1.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relacionados ao serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. Do recebimento dos serviços:

8.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo I-B do Termo de Referência.

8.1.2. Ao fim de cada período, a fiscalização do contrato (CONTRATANTE) deverá elaborar e enviar relatório à CONTRATADA por e-mail, acompanhado do resultado apurado no IMR, indicando o recebimento provisório do serviço prestado.

8.1.3. A Contratada poderá emitir a nota fiscal apenas após o recebimento do e-mail da fiscalização com o resultado da apuração do IMR e determinação do recebimento do serviço.

8.1.4. Os serviços serão recebidos definitivamente, pelo fiscal, mediante aceite da Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. Após o recebimento provisório, disposto na Cláusula Oitava e subitens, a CONTRATANTE

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMCICV202600021A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

receberá a respectiva Nota Fiscal de cobrança, encaminhada pela CONTRATADA ao e-mail nfe@campinas.sp.leg.br, e deverá aceitá-la e atestá-la, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis de seu recebimento, ou rejeitá-la e solicitar correções/substituições.

9.1.1 - A Contratada deverá enviar, junto com a nota fiscal, a seguinte documentação válida e atualizada:

a) a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; b) a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal competente; c) a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Estadual competente; d) o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); e) a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.1.1.1 - Caso a CONTRATADA não apresente as certidões ou as mesmas apresentem apontamentos e não seja providenciada a sua regularização, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, a qual será feita por e-mail, poderá sofrer a penalidade discriminada na cláusula décima primeira.

9.1.2 - Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

9.1.3 - A Contratada deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual executará o contrato.

9.1.4 - É vedada a mescla de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.

9.2 - A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição e, a partir da reapresentação da Nota Fiscal correta, se reiniciará a contagem do prazo estabelecido no item 9.1.

9.3 - A CONTRATANTE providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias após o ateste da Nota Fiscal.

9.4 - A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, a título de indenização, glosa ou penalidade aplicada.

9.5 - Estão incluídos no valor total os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para prestação do serviço.

9.6 - Pelo atraso injustificado do pagamento, por parte da CONTRATANTE, incidirá sobre o valor em atraso, a partir do dia posterior à data do vencimento e pro-rata tempore, correção monetária pelo IPCA (IBGE), bem como juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMC/ICV202600021A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

10.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular do Termo de Referência ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

10.1.2 - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

10.1.3 - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

10.1.3.1 – No caso de fusão, cisão ou incorporação da Contratada, e desde que a Contratante seja comunicada imediatamente após a referida operação societária, a Contratante, facultativamente, poderá optar por não rescindir o presente contrato, desde que tal mudança: a) haja justificado interesse público que autorize tal manutenção; e b) não prejudique a execução do contrato.

10.1.4 - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

10.1.5 - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

10.1.6 - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante;

10.1.7 - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

10.2 - A extinção do contrato poderá ser:

10.2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

10.2.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

10.2.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>





Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

10.3 - A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará:

10.3.1 – a cobrança administrativa ou judicial de importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 156 da Lei 14.133/21):

11.1.1 - Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente;

11.1.2 - Multa, nas seguintes situações:

11.1.2.1 – de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, no caso de descumprimento dos prazos estipulados para entrega/início dos serviços, até o 15º (décimo quinto) dia corrido de atraso, após o que, a critério da Contratante, poderá ser promovida a extinção do ajuste;

11.1.2.2 - de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, no caso de descumprimento da cláusula 9.1.1 (apresentação de certidões). No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste.

11.1.2.3 - de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato cumulada com a rescisão do ajuste e a aplicação da penalidade do item 11.1.4 (inidoneidade), no caso de apresentação de documento falso ou falsidades, em geral.

11.1.2.3.1 - Caso seja comprovada a idoneidade da documentação originalmente apresentada, será afastada a penalidade do item 11.1.2.3.

11.1.2.3.2 – Caso a empresa comprove não ter havido dolo na apresentação da documentação falsa e reapresente documentação idônea no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a Administração poderá, avaliadas as circunstâncias do caso concreto e as disposições contratuais e legais incidentes, não rescindir o contrato e, em relação à sanção prevista neste item, absolver a contratada ou limitar a sanção à multa.

11.1.2.4 - de até 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor total do contrato, por descumprimento de qualquer exigência disposta no Termo de Referência, no contrato ou na lei, não abarcada por outra penalidade mais específica. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste.

11.1.2.5 – de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, caso a empresa desista da prorrogação do ajuste faltando até 150 dias para o fim da vigência contratual, após ter se manifestado anteriormente em concordância com a prorrogação;

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMC/ICV202600021A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

11.1.2.6 – de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, caso a empresa desista da prorrogação do ajuste entre 150 dias e 60 dias para o fim da vigência contratual, após ter se manifestado anteriormente em concordância com a prorrogação;

11.1.2.7 – de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, caso a empresa desista da prorrogação do ajuste faltando menos de 60 dias para o fim da vigência contratual, após ter se manifestado anteriormente em concordância com a prorrogação.

11.1.2.8 - Em caso de extinção do Contrato pela Contratante, decorrente do que prevê os subitens 11.1.2.1 a 11.1.2.4, ou de qualquer descumprimento de outra obrigação da contratada, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, de acordo com a gravidade da infração.

11.1.3 – Impedimento de licitar e contratar com o Município no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.1.3.1 - Nos casos de declaração de impedimento, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de 01 (um) ano da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

11.1.4 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

11.1.4.1 - Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de 03 (três) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

11.2 – No caso de reincidência das condutas tipificadas nos itens 11.1.2.2 e 11.1.2.4, a Contratante poderá, a seu critério, não optar pela extinção do contrato, hipótese em que deverá multiplicar o percentual de multa previsto, pelo número de infrações cometidas.

11.3 - As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente.

11.4 - As penalidades previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 poderão ser aplicadas com as multas previstas no subitem 11.1.2.

11.5 - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha acarretar ao Contratante.

11.5.1 - O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujo efeito não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

11.6 - Na aplicação de quaisquer sanções previstas na Legislação, serão garantidos à Contratada

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMCICV202600021A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

o contraditório e a ampla defesa.

11.6.1 – A Contratante poderá, a seu critério, considerar a gravidade da infração, os antecedentes da empresa, a conduta da Contratada e de seu preposto na solução de problemas apontados pelos fiscais do contrato, para evocar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade nas apurações e aplicações das penalidades estipuladas neste contrato, nos casos em que as sanções se mostrem desproporcionalmente gravosas à Contratada se comparadas aos prejuízos que esta causou à Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5 - Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.6 - A Presidência da Casa indicará, através de Ato de Designação, representante, ou representantes, caso haja necessidade, para atuarem como fiscais e gestores do Ajuste, cabendo, a estes as seguintes atribuições, respectivamente:

12.6.1 - Aos fiscais: Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante se reserva no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por servidores designados, podendo para isso:

12.6.1.1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no termo de referência e contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

12.6.1.2 - O(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMC/ICV202600021A

SIGA



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

12.6.1.3 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.6.1.4 - O(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.6.1.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.6.1.6 - O(s) fiscal(is) técnico(s) do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.6.1.7 - O(s) fiscal(is) técnico(s) fará a recepção dos serviços e aceitará o objeto caso esse esteja de acordo com o termo de referência e com o contrato.

12.6.1.8 - O(s) fiscal(is) técnico(s) trabalhará como interlocutor entre a Câmara e a Contratada.

12.6.2 - O(s) gestor(es) do contrato coordenará(ão) a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, registros de ocorrências e relatório de regularidade documental nos dossiês de documentação, além da(s) ordem(ns) de serviço(s), alterações e prorrogações contratuais nos processos de acompanhamento do contrato.

12.6.2.1 - O(s) gestor(es) do contrato acompanhará(ão) a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar(ão) os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

12.6.2.2 - O(s) gestor(es) do contrato acompanhará(ão) os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

12.6.2.3 - O(s) gestor(es) do contrato tomará(ão) providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.6.2.4 - O(s) gestor(es) do contrato atestará(ão) as notas fiscais emitidas pela Contratada, em conjunto com o fiscal administrativo ou isoladamente.

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>





Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

13.1 - O presente contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade "Pregão Eletrônico nº ____/2026", homologada pelo Exmo. Sr. Presidente da CONTRATANTE, conforme protocolo interno CMC-ADM-2025/00433, sujeitando-se os Contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, especialmente aos casos omissos.

13.2 - Integram o presente contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência e todos os atos e termos referentes ao protocolo interno CMC-ADM-2025/00433, em especial, os anexos do edital do Pregão Eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

14.1.1 - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

14.2 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

14.2.1 - A Contratada não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

14.2.2 - Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

15.1 - A Contratada deverá enviar a garantia, no valor de **R\$ _____** (_____) equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor global deste contrato, para os e-mails ccon@campinas.sp.leg.br e doc.trabalhista@campinas.sp.leg.br, em até 10 dias úteis após a assinatura deste instrumento.

15.1.1 - Caberá à CONTRATADA a escolha da modalidade de garantia a ser apresentada, nos

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMCICV202600021A

SIGA 



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

termos do que dispõe o § 1º do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, dentre as que seguem: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro-garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

15.1.2 - No caso de opção pelo seguro-garantia ou pela fiança bancária, a garantia deverá vigor pelo período de 3 meses a mais em relação à vigência deste contrato;

15.1.3 - No caso de opção pela caução em dinheiro, a garantia será devolvida após 03 (três) meses do término da vigência do contrato, caso não exista Registro de Ocorrência, Processo Administrativo ou qualquer outra apuração de descumprimento contratual em curso;

15.1.4 – Caso a empresa não apresente a garantia no prazo disposto no item 15.1, será retido o seu valor dos pagamentos a que empresa Contratada tem direito, até a data de sua apresentação em conformidade com o disposto neste instrumento.

15.1.5 - A garantia apresentada na modalidade de caução em dinheiro será devolvida mediante requerimento da CONTRATADA, com correção monetária (mesma aplicável à caderneta de poupança), após a conclusão do objeto do contrato, descontadas as multas não pagas e o valor dos prejuízos causados em razão do não cumprimento das obrigações contratuais ou por qualquer outro motivo pertinente à avença e sua execução, mediante autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campinas.

15.1.5.1 - A CONTRATADA, no momento que efetuar o depósito na modalidade caução, deverá informar os dados bancários para a devolução da garantia ou do seu remanescente, após o prazo previsto no item 15.1.3.

15.2 - A CONTRATADA perderá a garantia em favor da contratante se este contrato for rescindido por culpa ou dolo imputável à primeira.

15.3 - Caso haja aditamento de valor contratual, a CONTRATADA deverá complementar a garantia, de forma a totalizar 5% (cinco por cento) da somatória do valor do contrato e seu(s) aditamento(s).

15.4 - A garantia deverá ser restabelecida, em sua totalidade, caso seja utilizada ou se torne insuficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 - A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, em extrato, no Diário Oficial do Legislativo de Campinas, conforme artigos 174 e 175 da Lei 14.133/2021.

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



CMC/ICV/202600021A



Central de Contratos e Convênios
ccon@campinas.sp.leg.br
Ramal: (19) 3736-1810

CMC-ADM-2025/00433

MINUTA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outros sejam.

17.2. - A data de assinatura será certificada por servidor lotado na Central de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Campinas, por meio de certidão a ser juntada no subprocesso do contrato CMC ADM-2025/00433.____, conforme a data em que o último representante de uma das PARTES qualificada no preâmbulo assinar o contrato.

17.3 - E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, assinado digitalmente e incluso no processo de contrato CMC-ADM-2025/00433.____, vinculado e criado a partir do processo administrativo CMC-ADM-2025/00433.

Campinas, _____.

CONTRATANTE:

Luiz Carlos Rossini
Testemunhas:

1) _____
Nome:
CPF:

CONTRATADA:

(Representante legal da empresa)

2) _____
Nome:
CPF:

Avenida da Saudade, nº 1004 – Bairro Ponte Preta – CEP. 13.041-670 - Tel. (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 06/03/26.
Documento Nº: 445332-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=445332-4648>



SIGA 